



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Ata da 5ª Sessão Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa da 15ª Legislatura, realizada pela Câmara Municipal de Cascavel em 31 de março de 2016, com início às quinze horas e onze minutos sob a presidência do vereador **GUGU BUENO**, secretariada pelo vereador **ROMULO QUINTINO** e com a presença dos vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaitero, Fernando Winter, Gugu Bueno, Ganso Sem Limite, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini. – Presidente: Sob a proteção de Deus e havendo número regimental dou por aberta à sessão. **ORDEM DO DIA** – Presidente: Em segunda discussão o Projeto de lei nº 25/2016 de autoria do Executivo Municipal que, dispõe sobre alterações no plano de cargos, vencimentos e carreiras do servidor público municipal a Lei municipal nº 3.800/2004. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) -Presidente: com a palavra vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: O que o Rui Capelão e Cláudio Gaitero colocou aqui é que, todos os funcionários comissionados são os melhores funcionários. – Vereador Cláudio Gaitero: Senhor presidente, é o nº 25 que está em votação? – Presidente: Senhor Jorge Bocasanta o que está em discussão é o Projeto de lei nº 25. – Vereador Jorge Bocasanta: Estou chegando lá. O rio nunca é uma reta, mas sempre chega ao destino. Vou votar favorável a este projeto. – Presidente: Continua em discussão o projeto. Em votação. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Não houve voto contrário) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaitero, Fernando Winter, Ganso Sem Limite, João Paulo de Lima, Jorge Bocasanta, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini) – Secretário: 19 votos favoráveis e nenhum contrário. – Presidente: Com 19 votos favoráveis e nenhum contrário aprovado em segunda votação o Projeto de lei nº 25/2016. Passamos pra segunda votação do Projeto de lei nº 14/2016 de autoria do Executivo Municipal que, dispõe sobre alterações na Lei nº 5.307/2009 de 14/09/2009 e dá outras providências. Em discussão o projeto. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Jorge Bocasanta. – Vereador Jorge Bocasanta: O Cláudio Gaitero, todos aqueles que são da Comissão são superiores ao outro. Este projeto está tão errado que se você pegar durante a vida, 8 anos... fui uma vez cargo em comissão e se você pegar de todos os funcionários que estão aposentados ou que vão se aposentar, esse impacto do financeiro está errado. O Edgar Bueno com o seu judiciário só fizeram pra os amiguinhos dele. E os outros que ficaram 8 anos trabalhando pra o Salazar, Tolentino, eles também vão ter o direito. E onde fica o impacto financeiro? Se trabalhei 8 anos e já vou receber, mas eu fui de cargo em comissão dos outros prefeitos, também tenho o direito. Então está errado. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Se vossa excelência observar, no artigo 2º está escrito: *esta lei entra em vigor na data de sua publicação*. Então entra em vigor, a partir desta lei. – Vereador Jorge Bocasanta: Então não tem direito adquirido os caras que trabalharam 8 anos depois?



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

Da Comissão, então não tem direito? (-Um aparte) Pois não. – Vereador Luiz Frare: Quem estabelece regras pra aposentadoria é o Ministério da Previdência Social e o Município adapta de acordo com a regra que está lá: não inventa nada, apenas se adapta aquelas regras vigentes, naquele momento. No caso do IPMC em Cascavel, eles têm a metodologia de cálculo da contribuição junto ao IPMC mais o tempo de serviço que pode ter em outro serviço e fazem o cálculo matemático sobre a aposentadoria. Neste caso específico... “ah! a pessoa há 22 anos atrás trabalhava e não recebia”. Infelizmente a lei que o que o Cláudio Gaitero falou agora, ela vai entrar em vigor daqui a pouco. – Vereador Jorge Bocasanta: Mas não abre um precedente? Eu acho que abre. Minha preocupação é essa, por isso vou votar contrário. Se você der uma condição pra beneficiar o da ativa, o da inativa entra no mesmo critério: isto está na Constituição. Com esse negócio aqui, poderá dar um rombo muito grande no IPMC no futuro. Se eu tivesse trabalhado 8 anos com cargo de comissão do Salazar ou Tolentino, eu com certeza iria entrar na justiça e iria ganhar, fazendo com que o IPMC... lógico que na época já foi descontado no IPMC da minha gratificação, eles descontam; daí vai dar um furo muito grande no IPMC e por isso, vou votar contrário. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Rui Capelão. - Vereador Rui Capelão: Hoje fizemos uma votação e aprovamos um aumento diferenciado para os engenheiros. Agora, acabamos de aprovar uma outra, o nº 25, que beneficiou os fiscais I, II e analista de tributos, e estamos votando uma terceira aqui, também beneficiando determinadas pessoas. Acredito que poderão ser bastante ajudados na aposentadoria nos seus próprios cargos e não entendo porque tanta benevolência, sendo que o secretário pede hoje a todas as Secretarias o máximo de rigor e de redução de custos. Então, no momento que se pede redução de custos, estamos pedindo aumento de determinadas categorias, categorias diferenciadas, enquanto olhamos nossas escolas, saúde, com um salário se arrastando no salário mínimo com grandes reclamações dos funcionários que trabalham e que não podem inclusive, vir participar da sessão pra defender o aumento salarial e reivindicar algo de melhor, dada sua função e compromisso dentro da função. Estamos vendo, já aconteceu um projeto hoje que votamos em benefício de determinadas classes. Classes essas que, não entendo porque, precisam ter diferenciação nos benefícios dados pelo município. (-Um aparte) Pois não. – Vereador Cláudio Gaitero: Estranha essa nossa discussão, porque estamos aqui num momento muito importante pra os 8.000 funcionários do município de Cascavel. O prefeito está dando 12,44% de aumento, algumas categorias estão sendo beneficiadas, de uma maneira ou de outra, só momentos bons. O município chegou a esse ponto, porque o prefeito leva a rédeas curtas as despesas do município, tanto que ele fez uma reunião no dia de ontem pedindo a todas as categorias que economize. E ele pretende economizar entorno de R\$ 2.000.000,00 até o final do ano. Existe sim, a possibilidade de dar esses aumentos em função da grande rigorosidade que o prefeito leva as finanças do município. Obrigado. - Vereador Rui Capelão: Nós estranhamos, porque em fim de mandato, se precisava fazer algum melhoramento salarial se deve fazer no começo de mandato. Se



Câmara Municipal de Cascavel

ESTADO DO PARANÁ

analisar a folha de pagamento e ver onde os funcionários estão prejudicados nos seus salários e se dá então, um salário mais justo. Mas em fim de mandato dar um salário justo, é dizer que estamos pagando pra os amigos aquilo que devemos pela contribuição deles, principalmente as classes que estão sendo beneficiadas neste momento. Não voto contrário, porque respeito à opinião dos companheiros; mas acho que não vem numa hora propícia esses encaminhamentos pra nossa Casa de Leis e de agora em diante, projetos com este tipo de benefício, não votarei mais a favor. Obrigado. (-Peço a palavra) - Presidente: Com a palavra, vereador Nei H. Haveroth. – Vereador Nei H. Haveroth: Essa pequena contribuição que o Poder Público está dando a estes servidores que têm suas responsabilidades ampliadas, o custo que está aqui o orçamento pra 2016 pra todos os funcionários que receberem esses tipos de auxílio vai ser R\$ 78.000,00, distribuído por um ano. Então, você pode ver que não está comprometendo o orçamento do município. E estará dando uma pequena valorização para aqueles que assumem uma responsabilidade maior. Toda valorização do funcionalismo tem que ser tratada constantemente durante o mandato, mas o servidor que não pode vir aqui reclamar o salário... tem o sindicato deles, também os representantes da classe pra vir aqui. E se não conseguir lá perante o Executivo, que usem os seus representantes da Casa pra que abram as portas e consigam sentar numa mesa e discutir. Não vai impactar no orçamento do município, porque está aqui o impacto orçamentário 2016, 2017, 2018 colocando o quanto isso vai impactar, dando uma pequena contribuição pra aqueles que assumem responsabilidades maiores dentro das funções deles. – Presidente: Continua em discussão o projeto. Em votação. Proceda a votação nominal, senhor secretário. (Foi contrário, o vereador: Jorge Bocasanta) (Foram favoráveis os vereadores: Aldonir Cabral, Celso Dal Molin, Cláudio Gaitero, Fernando Winter, Ganso Sem Limite, João Paulo de Lima, Jorge Menegatti, Marcos Rios, Luiz Frare, Nei H. Haveroth, Paulo Porto, Pedro Martendal, Professor Paulino, Robertinho Magalhães, Romulo Quintino, Rui Capelão, Vanderlei Augusto da Silva e Walmir Severgnini) – Secretário: 18 votos favoráveis e 1 contrário. – Presidente: Com 18 votos favoráveis e 1 contrário aprovado em segunda votação o Projeto de lei nº 14/2016. Com essa votação encerramos a presente sessão extraordinária. O presidente encerrou a presente sessão extraordinária às quinze horas e vinte sete minutos. E nada mais havendo a tratar e a constar, foi transcrita por mim, Ivanilza Moreira Rocha, a presente ata, que depois de lida e aprovada será devidamente assinada pelo Secretário e pelo Presidente que dirigiu os trabalhos nesta Sessão da Câmara Municipal de Cascavel.

GUGU BUENO

Presidente

ROMULO QUINTINO

Secretário